



# GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0217/2021

**Pregão nº 0102/2021**

**Processo nº 2021- D9VNP**

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, representado legalmente pela Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde, Sra. **QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA**, portadora da Carteira de Identidade RG nº 8068164964 e inscrita no CPF nº 779.664.570-87, nomeada pelo Decreto nº 0560-S, de 04/05/2020 e publicado no DIO de 05/05/2020, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA **REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL DE CONSUMO - MEDICAMENTOS**, sob nº 0060/2021, **RESOLVE** registrar os preços da empresa: **SINERGIA FARMACÊUTICA LTDA (CNPJ : 35.186.943/0001-35)**, endereço Av. João Francisco Assumpção de Carvalho, 87, Bairro: Brisamar – Vila Velha/ES - CEP 29109-170, neste ato representada pelo Sr. **LUIZ EDUARDO DOS SANTOS ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade RG nº 07427141-2 – IFP-RJ e inscrito no CPF sob o nº 885.993.297-15, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual nº 1.790-R/2007, pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

### 1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos medicamentos especificados no Anexo I do Edital.

1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- a) Anexo A – Especificação dos preços;
- b) Anexo B – Modelo de Ordem de Fornecimento;
- c) o Edital e todos os seus Anexos;
- d) a Proposta Comercial da Contratada.

### 2 - DO PREÇO

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irredutíveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### 3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- 3.1.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- 3.1.2 - frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- 3.1.3 - convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- 3.2.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;
- 3.2.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

3.3 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 - Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 - ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.5.3.2 - o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

3.5.3.3 - ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.5.3.4 - a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 - Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência e Procuradoria Geral do Estado, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

#### **4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 - não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

4.1.1.2 - não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

4.1.1.3 - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

4.1.1.4 - incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio decorrespondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

### 5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.3 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

5.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

### 6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

### 7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

### 8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 15 dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

### 9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO MEDICAMENTO

9.1 - A entrega do objeto do contrato dar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos dias após o recebimento da ordem de fornecimento.



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

9.2 - O produto será entregue em dias úteis nos respectivos almoxarifados da farmácia das unidades participantes, nos endereços abaixo relacionados:

9.2.1 **DSPM** - Hospital da Polícia Militar; Rua Joubert de Barros nº 555, Bento Ferreira, Vitória (ES), CEP 29050-720; horários para entrega: entre 08 e 11 horas e entre 13 e 16 horas de segunda a sexta (exceto feriados)

9.2.2 **HABF** - Hospital Antônio Bezerra de Farias, Rua Castelo Branco, nº 2012, Jaburuna, Vila Velha (ES), CEP 29100-040;

9.2.3 **HDRC** - Hospital Dra. Rita de Cássia; Av Vitória Fernandes de Jesus, nº 91, Bairro Irmãos Fernandes, Barra de São Francisco (ES), CEP 29800-000

9.2.4 **HDS** - Hospital Dório Silva, Av Euder Scherez de Souza, s/nº, Parque Residencial Laranjeiras, Serra (ES) CEP 29175-680;

9.2.5 **HEAC** - Hospital Estadual de Atenção Clínica, Rodovia Governador Jose Sete, km 6,5, Alameda Élcio Álvares, s/nº, Santana, Cariacica (ES) CEP 29152-600;

9.2.6 **HESVV** - Hospital Estadual de Vila Velha, Avenida Anésio José Simões, 76 São Torquato, Vila Velha (ES) CEP 29114-350;

9.2.7 **HINSG** - Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, Rua Mary Ubirajara, nº 205, Santa Lucia, Vitória (ES), CEP 29027-080;

9.2.8 **HJSN** - Hospital João dos Santos Neves, Rua Dr. Lopes Nalle nº 319, Centro, Baixo Guandu (ES), CEP 29730-000;

9.2.9 **HMSA** - Hospital e Maternidade Silvío Avidos; Avenida Silvío Avidos 951 São Silvano Colatina Es Cep 29703132;

9.2.10 **HRAS** - Hospital Roberto Arnizaut Silveiras, Rodovia Otovarino Duarte Santos Km 2, São Mateus (ES), CEP 29938-910

9.2.11 **UIJM** - Hospital de Jerônimo Monteiro, Av. Dr. José Farah nº 34, Jerônimo Monteiro (ES), CEP 29550-000.

9.3 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

9.3.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.3.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.4 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.6 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### 10 - DA VALIDADE

10.1 - Os produtos objeto deste Registro de Preços terão validade de, pelo menos 75% do prazo de validade total e no mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega dos mesmos.

### 11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 - Compete à Contratada:

- a) entregar os produtos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período de garantia;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;

e) Observar vedação da subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

11.2 - Compete à Contratante:

a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

b) definir o local para entrega dos medicamentos adquiridos;

c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

### 12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

12.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

12.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

12.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 12.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.

12.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

a) advertência;

b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;

d) impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

12.2.2 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

12.2.3 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

12.2.4 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de **Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER**, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

12.2.5 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

12.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8.666/1993;

d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

12.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

12.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

12.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

### 13 - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

13.1 - Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo **CONTRATADO**, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

13.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o **CONTRATANTE** informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

### 14 - DA RESCISÃO

14.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

### 15 - DOS ADITAMENTOS

15.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

### 16 - DOS RECURSOS

16.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

### 17 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo(a) (UNIDADE DO ÓRGÃO), designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

### 18 - DO FORO

18.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde  
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

---

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

**QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA**

Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde  
Contratante

**LUIZ EDUARDO DOS SANTOS ARAÚJO**

Sinergia Farmacêutica Ltda  
Contratada



# GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 - DO OBJETO

**REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL DE CONSUMO - MEDICAMENTOS**, conforme descrição, condições, quantidades, exigências e estimativas adiante indicadas:

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
1	176508	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1: SULFADIAZINA DE PRATA 1%; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 2: NITRATO DE CERIO 0,4%; FORMA FARMACEUTICA: CREME; FORMA DE APRESENTACAO: BISNAGA; VIA DE ADMINISTRACAO: DERMATOLOGICA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: BISNAGA; UNIDADE DE MEDIDA: GRAMA Cód. 176508	GRAMA	376.200

**1.1** - Os preços, unitário e global, máximos admitidos para fins de registro são os que constam na tabela acima.

**1.2** - A oferta de preços acima do parâmetro estabelecido acima importará em desclassificação do licitante.

**1.3** - Não é permitida a compra de medicamentos com valores acima da tabela CMED. Os valores deverão ser ajustados de acordo com a marca ofertada, aplicando também o CAP e o CONFAZ, se for o caso.

1.3.1 – Só será permitida a compra do medicamento se o mesmo possuir preço registrado na tabela CMED, salvo os pontos abaixo:

1.3.1.1 - Os medicamentos contemplados em resolução específica da ANVISA que obrigue os mesmos a publicarem seus preços em REVISTAS ESPECIALIZADAS, cabendo a apresentação da aludida publicação quando solicitado.

1.3.1.2 - Os medicamentos que possuírem resolução específica da ANVISA que desobrigue o registro dos preços tanto na CMED quanto em REVISTAS ESPECIALIZADAS, cabendo a apresentação da resolução quando solicitado.

### 1.4 - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS

a) Validade não inferior a 12 (doze) meses;

b) Declaração do nome comercial, marca, fabricante, país de origem, fórmula e dosagem, quantidade por embalagem, nº do registro do Ministério da Saúde;

c) A aquisição se dará sob a denominação genérica do medicamento, constante da listagem dos produtos padronizados pela Secretaria de Estado da Saúde;

d) Dizeres constantes dos rótulos e embalagens de acordo com a legislação vigente;

e) Entrega dos medicamentos em embalagens primária e secundária, devidamente identificados e acondicionados de forma adequada, consideradas as condições de umidade e temperatura. A embalagem primária deverá conter denominação genérica do medicamento, concentração, registro no Ministério da Saúde, fabricante, data de fabricação, validade e demais informações exigidas pela legislação;

f) A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio";

g) Apresentar laudo de qualidade, nos termos da exigência contida no art. 3º, § 4º, da Lei 9.787/1999.

h) As distribuidoras devem apresentar, no caso de vencerem a licitação, certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos.

### 2 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### 2.1 - São obrigações da CONTRATANTE:

a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

b) definir o local para entrega dos medicamentos adquiridos;

c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

### 2.2 - São obrigações da CONTRATADA:

- a) entregar os medicamentos de acordo com as condições e se responsabilizar pelo período da garantia;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;
- e) As distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos;
- f) A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio";
- g) Observar vedação da subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

### 3 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

**3.1** - A quantidade máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada **conforme Lotes acima descritos**.

**3.2** - A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada em **conforme Detalhamento do Objeto**.

**3.3** - O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.

**3.4** - A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:

- a) Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens 3.1 a 3.3;
- b) Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item 3.1;
- c) Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

### 4 - DA QUANTIDADE MÍNIMA DE ITENS A SEREM COTADOS

**4.1** - Não será admitida cotação inferior à quantidade máxima prevista.

### 5 - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

#### 5.1 Da fiscalização:

5.1.1 As unidades da Rede Estadual de Saúde deverão abrir um processo de compra específico para cada Ata de Registro de Preços, visto que o processo mãe estará de posse da SESA.

5.1.2 A fiscalização do contrato será de responsabilidade do fiscal indicado por cada órgão e unidade participante;

5.1.3 A aceitação do medicamento será certificada pelo serviço de farmácia ou por um servidor designado para este fim, mediante atesto na nota fiscal, juntamente com o fiscal da unidade, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento;

5.1.4 A fiscalização exercida pelo Estado não exime em nada a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita execução do objeto de contrato ou instrumento equivalente;

5.1.5 As unidades da Rede Estadual de Saúde deverão notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.

#### 5.2 Das obrigações da contratada:

5.2.1 Os medicamentos devem ser entregues nas unidades solicitantes em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, identificados, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela ANVISA, acompanhados da documentação fiscal



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

em duas vias, com especificação dos quantitativos discriminados na nota fiscal apresentados em unidades individualizadas. O número do lote do medicamento recebido deve constar na rotulagem e na nota fiscal, especificados o número de lotes por quantidade de medicamento entregue.

5.2.2 O transporte dos medicamentos deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade e a integridade dos mesmos. Os medicamentos termolábeis devem ser acondicionados e transportados sob controle de temperatura adequado, dentro das condições estabelecidas pelo fabricante.

5.2.3 Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem ter em seus rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa, quais sejam: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração, de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.

5.2.4 As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.

5.2.5 De acordo com a Portaria n. 2.814/GM, de 29 de maio de 1998, os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras das licitações devem apresentar, em suas embalagens, a expressão: **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"**.

5.2.6 Respeitar e cumprir com os prazos de entrega dos itens comprados, observando os períodos de parcelamento e quantidades.

5.2.7 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Estado.

5.2.8 Fornecer amostra do produto quando solicitado, para laudo técnico de utilização.

### **5.3 Das obrigações da contratante:**

5.3.1 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens solicitados.

5.3.2 Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas.

5.3.3 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados ao Estado.

5.3.4 Atestar notas fiscais correspondentes após o recebimento dos itens comprados.

5.3.5 Receber e fiscalizar os produtos entregues, verificando a sua correspondência com as especificações prescritas no edital, atestando sua conformidade.

5.3.6 Designar formalmente um servidor da unidade gestora para acompanhar e fiscalizar a execução da autorização de fornecimento ou instrumentos equivalentes.

5.3.7 Notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.

### **6 - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:**

As quantidades máximas solicitadas foram obtidas por meio de pesquisa de quantitativo realizada no SIGA. A seguir estão elencadas as quantidades informadas pelas unidades para o consumo de 12 meses, o consumo mínimo, as especificações completas de cada lote, bem como se há a aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (conforme Resolução CMED nº3, 02/03/2011 e Comunicado nº 6, 05/09/2013) e se está isento de ICMS (Convênio do CONFAZ).

As quantidades mínimas estimadas do objeto a ser adquirida pelos órgãos e entidades participantes, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, será fixada em 20% (vinte por cento) da quantidade máxima de cada item, para fins de cumprimento do inciso II, do artigo 13, do Decreto Estadual 1.790-R/2007.



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

Lote	Especificação	CAP	CONFAZ	Unidades	Quantitativo	Total
01	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1: SULFADIAZINA DE PRATA 1%; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 2: NITRATO DE CERIO 0,4%; FORMA FARMACEUTICA: CREME; FORMA DE APRESENTACAO: BISNAGA; VIA DE ADMINISTRACAO: DERMATOLOGICA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: BISNAGA; UNIDADE DE MEDIDA: GRAMA  <b>CÓD:176508</b>	NÃO	NÃO	DSPM	12.000	376.200
				HABF	10.000	
				HDRC	2.000	
				HDS	2.000	
				HEAC	12.000	
				HESVV	12.000	
				HINSG	35.000	
				HJSN	1.200	
				HMSA	30.000	
				HRAS	180.000	
UIJM	80.000					



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde  
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0217/2021

#### ANEXO – A

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços 0217/2021**, celebrada entre a **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE** e a Empresa cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do **Pregão nº 0102/2021**.

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM	VALOR TOTALPOR ITEM
1	176508	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1: SULFADIAZINA DE PRATA 1%; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 2: NITRATO DE CERIO 0,4%; FORMA FARMACEUTICA: CREME; FORMA DE APRESENTACAO: BISNAGA; VIA DE ADMINISTRACAO: DERMATOLOGICA; UNIDADE DE FORNECIMENTO: BISNAGA; UNIDADE DE MEDIDA: GRAMA Cód.176508	GRAMA	376200	0,5449	204.991,38

**REPRESENTANTE: SINERGIA FARMACÊUTICA LTDA (CNPJ : 35.186.943/0001-35)**, endereço Av. João Francisco Assumpção de Carvalho, 87, Bairro: Brisamar – Vila Velha/ES - CEP 29109-170, neste ato representada pelo Sr. **LUIZ EDUARDO DOS SANTOS ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade RG nº 07427141-2 – IFP-RJ e inscrito no CPF sob o nº 885.993.297-15.

## ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**LUIZ EDUARDO DOS SANTOS ARAUJO**

CIDADÃO

assinado em 18/03/2021 11:30:08 -03:00

**QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA**

SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01

SESA - SSAS

assinado em 16/03/2021 10:40:10 -03:00



### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 18/03/2021 11:30:10 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por PAULO CESAR PEREIRA ROCHA (ANALISTA DO EXECUTIVO - SESA - NECL)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-1R5WBV>



**SINERGIA**  
FARMACÊUTICA  
SOMANDO BOAS IDEIAS

A  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO

PROCESSO:		DADOS DO PROCESSO:	
PROCESSO:	2021-D9VNP	MODALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO
ORGÃO:	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO	NÚMERO:	0102/2021
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO	DATA DA LICITAÇÃO:	26/02/2021

**PROPOSTA DE PREÇO**

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	FABRICANTE	NOME COMERCIAL	PREÇO COM ICMS (R\$)		PREÇO SEM ICMS (R\$)	
						UNIT	TOTAL	UNIT	TOTAL
1	SULFADIAZINA DE PRATA+NITRATO DE CERIO 1% + 0,4% CREM DERM CX 60 BG PLAST OPC X 50 G - FABRICANTE: SILVESTRE / NOME COMERCIAL: DERMACERIUM / REGISTRO ANVISA: 1183600060394 / VALIDADE FABRIL: 24 MESES / PROCEDÊNCIA: NACIONAL /	GRAMA	376.200	SILVESTRE	DERMACERIUM	0,5449	R\$ 204.991,38		
Valor unitário P.F = R\$ 0,5691									
Valor unitário PMVG = R\$ 0,4486									
Valor unitário com ICMS = R\$ 0,5449									
Valor unitário do ICMS = R\$ 0,0926									
Valor com desoneração 17% = R\$ -									
Valor unitário da proposta = R\$ 0,5449									
VALOR TOTAL DO LOTE 01 - Duzentos e quatro mil novecentos e noventa e um mil e trinta e oito centavos.								R\$	204.991,38
VALOR TOTAL DA PROPOSTA - Duzentos e quatro mil novecentos e noventa e um mil e trinta e oito centavos.								R\$	204.991,38

**DADOS EMPRESARIAIS**

RAZÃO SOCIAL: SINERGIA FARMACÊUTICA LTDA  
 NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ: 35.186.943/0001-35  
 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 083607790 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 107784  
 TELEFONE PARA CONTATO: (27) 3075-2397 (27) 33407972  
 E-MAIL PARA CONTATO LICITACAO: LICITACAO@SINERGIAFARMACEUTICA.COM.BR  
 NOME DO SIGNATÁRIO: LUIZ EDUARDO DOS SANTOS ARAUJO  
 IDENTIDADE DO SIGNATÁRIO: 07427141-2 IFP RJ  
 CPF DO SIGNATÁRIO: 885.993.297-15  
 ESTADO CIVIL DO SIGNATÁRIO: CASADO  
 NACIONALIDADE DO SIGNATÁRIO: BRASILEIRO  
 DADOS BANCARIOS: SICOOB BANCO (756) AGÊNCIA 3008 CONTA CORRENTE N° 120.279-0

**EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS**

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias corridos.  
**PRAZO DE VALIDADE DOS MEDICAMENTOS:** Os produtos não serão recebidos se o prazo de validade contado da data de entrega for inferior a 12 (doze) meses.  
**PRAZO E LOCAL DA ENTREGA:** A entrega dos medicamentos dar-se-á no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após o recebimento da Ordem de Fornecimento.  
**PRAZO PARA EFETUAR O PAGAMENTO:** A Contratante pagará à Contratada pelos materiais adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.  
**PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:** O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial e terá duração de 12 (doze) meses.

**OBSERVAÇÕES E DECLARAÇÕES**

DECLARO, que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas deste edital e seus anexos.  
 Declaramos a inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente, os da Lei nº 10.520/20 Lei nº 8666/93 e Lei Complementar nº 123/06, todas com suas alterações e, as cláusulas e condições constantes deste edital.  
 EM VITURDE DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, A RDC Nº135/2005, COM AS ALTERAÇÕES DA RDC Nº260/2005, AMBAS REVOGADAS PELA RDC Nº80/2006 E A PORTARIA 344, DE 12 DE MAIO DE 1998, E SUAS POSTERIORES ATUALIZAÇÕES, SOMOS IMPOSSIBILITADOS DE EFETUAR A SUBDIVISÃO DA EMBALAGEM DE UM PRODUTO (FRACIONAMENTO).

VILA VELHA, ES 26 DE FEVEREIRO DE 2021.

SINERGIA FARMACÊUTICA LTDA  
 LUIZ EDUARDO DOS SANTOS ARAUJO  
 CPF: 885.993.297-15  
 RG: 07427141-2 IFP RJ

**35.186.943/0001-35**  
**SINERGIA**  
**FARMACÊUTICA LTDA - ME**  
 Av: Francisco Assumpção  
 de Carvalho nº 87  
 Brisamar - Vila Velha - ES  
 CEP: 29.109-170

PÁGINA 98 / 99  
 2021-XPO INM - E-DOCS - CÓPIA SIMPLES 01/03/2021 13:38



#### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 01/03/2021 12:35:56 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por CHRISTIANE SANTANA ROHOR FERREIRA (ASSESSOR TECNICO QC-02 - SESA - NECL)  
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-XP01NM>

Vitória (ES), terça-feira, 30 de Março de 2021.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****Nº 0256/2021****ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**PROCESSO LICITATÓRIO Nº** 2020-3K051**PREGÃO:** Nº 0042/2021**LOTE:01****OBJETO:** CODEINA, FOSFATO 60MG**EMPRESA:** CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA**CNPJ:** 44.734.671/0001- 51**VALOR GLOBAL DO LOTE:** R\$ 26.620,20**LOTE:02****OBJETO:** METADONA 10MG**EMPRESA:** CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA**CNPJ:** 44.734.671/0001- 51**VALOR GLOBAL DO LOTE:** R\$ 63.269,00**LOTE:05****OBJETO:** RISPERIDONA 1MG**EMPRESA:** CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA**CNPJ:** 44.734.671/0001- 51**VALOR GLOBAL DO LOTE:** R\$ 44.407,40**LOTE:07****OBJETO:** RISPERIDONA 2MG**EMPRESA:** CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA**CNPJ:** 44.734.671/0001- 51**VALOR GLOBAL DO LOTE:** R\$ 119.807,10**Nº 0257/2021****ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**PROCESSO LICITATÓRIO Nº** 2020-3K051**PREGÃO:** Nº 0042/2021**LOTE:03****OBJETO:** PRAMIPEXOL DICLORIDRATO 0,25MG**EMPRESA:** ELFA MEDICAMENTOS S/A**CNPJ:** 09.053.134/0002-26**VALOR GLOBAL DO LOTE:** R\$ 799.658,00**Nº 0258/2021****ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**PROCESSO LICITATÓRIO Nº** 2020-3K051**PREGÃO:** Nº 0042/2021**LOTE:06****OBJETO:** RISPE RIDONA 1 MG/ML**EMPRESA:** PRATI DONADUZZI & CIA LTDA**CNPJ:** 73.856.593/0001-66**VALOR GLOBAL DO LOTE:** R\$ 33.900,00**Nº 0259/2021****ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**PROCESSO LICITATÓRIO Nº** 2020-3K051**PREGÃO:** Nº 0042/2021**LOTE:08****OBJETO:** CLORIDRATO 5MG**EMPRESA:** ONCOVIT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**CNPJ:** 10.586.940/0001-68**VALOR GLOBAL DO LOTE:** R\$ 67.140,04**VIGÊNCIA:** 31/03/2021 a 30/03/2022A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br).**QUELEN TANIZE ALVES DA****SILVA**

Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde

**Protocolo 658384****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ARP Nº 0217/2021 ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**PROCESSO LICITATÓRIO Nº** 2021-D9VNP**EDITAL:** PREGÃO Nº 0102/2021 -**LOTE ÚNICO:****OBJETO:** SULFADIAZINA DE PRATA - 1%**VALOR GLOBAL DO LOTE:** R\$ 204.991,38**EMPRESA:** SINERGIA FARMACEUTICA LTDA**CNPJ:** 35.186.943/0001-35**VIGÊNCIA:** 31/03/2021 a 30/03/2022A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço <http://www.compras.es.gov.br/>**QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA**

Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde

**Protocolo 658490****Hospitais****AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 0023/2021****Órgão/Entidade:** Hospital Dr. Roberto Arnizaut Silveiras/HRAS**Processo nº 2021-TXT2H****Objeto:** Aquisição de papel higiênico e dispenser**EMPRESA VENCEDORA:**

Comercial Anazus Eireli - ME

**Lote 02**

Valor global do lote: R\$ 1.800,00

**Lote 04**

Valor global do lote: R\$ 3.200,00

**EMPRESA VENCEDORA:**

Beriza Comercio de Limpeza Ltda

**Lote 01**

Valor global do lote: R\$ 34.200,00

**Lote 03**

Valor global do lote: R\$ 3.050,00

Os referidos lotes foram devidamente homologados pela

Autoridade Competente em **26/03/2021**Contato: [hras.pregao@saude.es.gov.br](mailto:hras.pregao@saude.es.gov.br) ou pelo telefone: (27) 3767-7514

Elizabete Guimarães Barbosa

Pregoeira/HRAS

**Protocolo 658175****AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico 009/2021****Processo Nº 2020-WV6B5****Objeto:** Contratação de Empresa Especializada em Seguro

Automotivo - Veículo Ambulância Tipo furgão Longo Teto Alto.

**Lote único.****Empresa vencedora:** PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS

GERAIS.

**Valor global do lote:** R\$ 5.466,17

O(s) referido(s) lote(s) foi(ram) devidamente homologado(s)

pela Autoridade Competente em 29/03/2021

Contato: De segunda a sexta-feira, de 08 às 17 horas - Telefone

27.3218-9225 ou E-mail: [hds.cpl@saude.es.gov.br](mailto:hds.cpl@saude.es.gov.br)

Lauro Roberto de O. Senna

Pregoeiro Suplente CPL/HEDS

**Protocolo 658485****AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico 018/2021****Órgão/Entidade:** Hospital Estadual Dório Silva-HEDS**Processo nº:** 2020-3BW5M**Objeto:** Aquisição de Bens de Consumo Hospitalar - Transdutor para Aparelho de Ultrassonografia.**- Fracassado.**

Contato: De segunda a sexta-feira, de 08 às 17 horas - Telefone

27.3218-9225 ou E-mail: [hds.cpl@saude.es.gov.br](mailto:hds.cpl@saude.es.gov.br)

Lauro Roberto de O. Senna

Pregoeiro Suplente CPL/HEDS

**Protocolo 658491****EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS****ÓRGÃO:** Secretaria de Estado da Saúde - SESA / Hospital Antonio**Bezerra de Faria - HABF****PROCESSO nº 2020-SLRKZ****PREGÃO ELETRÔNICO nº PE 015/2021****OBJETO:** Material de Consumo Hospitalar**ATA nº 0054/2021****CONTRATADA:** Make Line Comercial Ltda Epp**CNPJ:** 05.416.754/0001-40**LOTE: 01 (máscara facial total)****- VALOR TOTAL DA ATA:** R\$ 120.799,50**ATA nº 0055/2021****CONTRATADA:** 5S Trade Tecnologias Ltda Me**CNPJ:** 09.288.811/0001-04**LOTES: 02 (conector O2) e 03 (garra mascara VNI) - VALOR****TOTAL DA ATA:** R\$ 9.663,96**Vigência:** 31/03/2021 a 30/03/2022.

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível

para consulta no endereço [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br)**JOAO LUIZ T. DORNELLES****Diretor Geral /HABF****Protocolo 658164****EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS****ÓRGÃO:** Secretaria de Estado da Saúde - SESA / Hospital Antonio**Bezerra de Faria - HABF****PROCESSO nº 2020-KPF9P****PREGÃO ELETRÔNICO nº PE 016/2021****OBJETO:** Material de Consumo Hospitalar - Ataduras**ATA nº 0051/2021****CONTRATADA:** SERRAMED PRODUTOS HOSPITALARES**EIRELI ME****CNPJ:** 19.691.725/0001-00**LOTES: 01, 02 e 03 - VALOR TOTAL DA ATA:** R\$ 188.044,57**ATA nº 0052/2021****CONTRATADA:** KYLIMEDI**MATERIAL MEDICO EIRELI ME****CNPJ:** 07.079.067/0001-02**LOTES: 04 e 05 - VALOR TOTAL DA ATA:** R\$ 95.426,60**ATA nº 0053/2021****CONTRATADA:** POLARFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES**LTDA****CNPJ:** 02.881.877/0001-64**LOTE: 06 - VALOR TOTAL DA ATA:** R\$ 75.226,00**Vigência:** 31/03/2021 a 30/03/2022.

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível

para consulta no endereço [www.compras.es.gov.br](http://www.compras.es.gov.br)**JOAO LUIZ T. DORNELLES****Diretor Geral /HABF****Protocolo 658285****TERMO DE ADESÃO Nº 0002/2021****CONTRATANTE:** Hospital Estadual de Atenção Clínica-HEAC.**CONTRATADA:** MADE Informatica Ltda.**OBJETO:** Visa a formalização da Adesão do Lote 01, Itens 1, 8 e 12

da ARP Nº 010/2020 da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP, Processo 87794756, Pregão

nº 017/2020, para aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado, no

valor total de R\$ 18.753,28 (dezoito mil, setecentos e cinquenta e três

reais e vinte e oito centavos), e as cláusulas neles contidas para

atender este HEAC, conforme Anexo I do Termo.

**DATA da ASSINATURA:** 29/03/2021**PROCESSO Nº:** 2021-TCM6S Cariacica/ES, 29 de março de 2021.**Felipe Goggi Rodrigues****Direção Geral/HEAC****Protocolo 658302****EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS****ARP Nº 0011/2021****ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA/ HESJC**PROCESSO LICITATÓRIO Nº** 2021-VCWTN**EDITAL:** Pregão nº 0007/2021**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS DE COPOS DESCARTÁVEIS E

TAMPAS

**LOTE ÚNICO****EMPRESA:** FORAL FORNECEDORA ALIANÇA COMERCIAL EIRELI ME**CNPJ:** 27.545.656.0001-46**VALOR GLOBAL DO LOTE 01 - R\$** 156.893,19**VIGÊNCIA:** 31/03/2021 a 30/03/2022

A íntegra da Ata de Registro de



#### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 30/03/2021 10:40:38 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por PAULO CESAR PEREIRA ROCHA (ANALISTA DO EXECUTIVO - SESA - NECL)  
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-8TV9QN>